

PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 748.442 - DF (2015/0178437-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
REQUERENTE : RONALDO DE SOUZA SANTOS
ADVOGADO : RODRIGO MARÇAL ROCHA - DF031578
REQUERIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO E OUTRO(S) - DF006259

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por RONALDO DE SOUZA SANTOS contra decisão, que negou seguimento a recurso especial, que, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, desafia acórdão assim ementado (e-STJ fls. 291/293):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. NÃO - RECOMENDAÇÃO. PREVISÃO LEGAL. PERFIL. ADEQUAÇÃO. AFERIÇÃO. CRITÉRIOS OBJETIVOS. CANDIDATO NÃO-RECOMENDADO. NULIDADE DO EXAME. INOCORRÊNCIA. PROSSEGUIMENTO NO CERTAME. IMPOSSIBILIDADE.

1. Atinado com as graves e complexas atribuições inerentes ao policial militar, que, além de portar arma de fogo, ficará incumbido de desempenhar todas as funções atinentes à polícia ostensiva, velando pela ordem pública e pela preservação da paz social com lastro na regulação positiva vigente, fomentando, em suma, serviço essencial à vida social e juridicamente ordenada, o legislador inserira a avaliação psicológica, de caráter eliminatório, como fase do concurso destinado ao provimento do cargo como forma de viabilizar a seleção de candidatos providos de perfil que se conforme e se adéque às incumbências que lhe são inerentes.

2. Emergindo a avaliação psicológica como etapa eliminatória do concurso para provimento do cargo de soldado da Polícia Militar do Distrito Federal de previsão editalícia respaldada em exigência legal e tendo sido promovida de conformidade com os critérios previamente estabelecidos, facultando-se ao concorrente a aferição dos resultados que obtivera e reclamar sua revisão em sede administrativa, sua eliminação por não ter sido considerado não -recomendado não se reveste de ilegalidade de forma a legitimar que lhe seja assegurado prosseguir no certame após ter sido reputado não enquadrado no perfil psicológico exigido, inviabilizando a invalidação do exame que determinara sua eliminação.

3. Pautada a avaliação psicológica sob critérios previamente estabelecidos e aferido que, conquanto permeada pelo subjetivismo que lhe é imanente, não ficara adstrita à discricionariedade da banca examinadora, permitindo a apreensão objetiva dos resultados obtidos pelo avaliando, reveste-se de legitimidade, devendo o apurado ser prestigiado em nome dos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência administrativas e como forma de ser privilegiado o concurso como meio de seleção que concilia o mérito com o princípio democrático, assegurando a todos os concorrentes oportunidades iguais e o direito de serem avaliados sob critérios universais como pressuposto para o ingresso no serviço público.

4. Aferido que a avaliação psicológica não fora pautada por perfil profissiográfico previamente estabelecido, mas por parâmetros previamente firmados e destinados à seleção de candidatos psicologicamente adequados às funções policiais e, consoante revelam os resultados obtidos, à eliminação

dos portadores de problemas que, conquanto não sinalizem nenhuma anormalidade, podem comprometer o exercício das atribuições inerentes ao cargo de policial militar, não se divisa ofensa à vedação inserta no artigo 14 do Decreto Federal nº 6.944/09 passível de legitimar a reinserção no concurso de candidato não -recomendado no exame em sede judicial.

5. Em matéria de concurso público, forma legítima e democrática para acesso aos cargos públicos, compete exclusivamente à competente banca examinadora confeccionar provas, aplicá-las e corrigi-las, submetendo os candidatos a todos os exames e avaliações contemplados pelo certame e valorando os resultados aferidos de acordo com a lei interna do processo seletivo, não sendo lícito ao judiciário, substituindo-a, valorar os resultados obtidos ou imiscuir-se nas questões ou avaliações aplicadas de conformidade com os critérios universais fixados de forma a aferir se determinado concorrente alcançara, ou não, pontuação suficiente para lograr aprovação, sob pena de, inclusive, desequilibrar o certame, conferindo aprovação ao concorrente que, eliminado, invocara a tutela jurisdicional em detrimento do candidato que se conformara com a menção que lhe fora atribuída.

6. Apelação e remessa necessária conhecidas e providas. Maioria.

Os embargos de declaração opostos foram desprovidos (e-STJ fls. 354/376).

Às e-STJ fls. 675/676, proferi decisão não conhecendo do recurso, por ausência de impugnação específica de um dos fundamentos da decisão agravada, no caso, a ausência de prequestionamento do art. 50 da Lei 9.784/1999).

Contra esse *decisum*, a parte ora recorrente opôs embargos de declaração (e-STJ fls. 682/688) e, na sequência, peticionou requerendo a suspensão do processo, ante a possibilidade de aprovação decorrente da convocação para aplicação de novo teste psicológico (e-STJ fls. 699/701).

Por decisão de e-STJ fl. 703, determinei que a parte requerente se manifestasse demonstrando as tratativas relacionadas à realização do teste psicológico, bem como a intimação do Distrito Federal para manifestação sobre o pedido de suspensão.

A parte recorrente responde (e-STJ fl. 707) que o prazo para a expectativa temporal para a realização de novo psicotécnico é de aproximadamente 45 dias, enquanto que a parte recorrida informa que não se opõe à suspensão do feito (e-STJ fl. 711).

Às e-STJ fl. 715, a parte recorrida requer a extinção do feito em razão da superveniente perda de interesse recursal, porque a Polícia Militar do Distrito Federal tornou definitiva a permanência do interessado na corporação.

Em novo despacho (e-STJ fl. 719), determinei a intimação da parte recorrente para que informasse a persistência no interesse do julgamento dos aclaratórios, bem como acerca de eventual desistência ou perda de objeto do recurso.

A parte recorrente, então, peticiona informando que "foi reavaliado na avaliação psicológica, sendo considerado apto, sendo sua eliminação revista pela PMDF incorporado definitivamente na corporação" (e-STJ fl. 720), de modo que, reconsiderado o

ato pela autoridade competente, ocorreu a perda de objeto do processo e, por conseguinte, do interesse recursal.

Passo a decidir.

Tendo em vista que, conforme informado, não existe mais interesse recursal – considerando que, em nova avaliação psicológica foi incorporado à corpo da Polícia Militar do Distrito Federal –, é de rigor o reconhecimento da perda ulterior do objeto da presente insurgência, de modo que, observado que consta nos autos procuração outorgando ao advogado que subscreve a petição poderes específicos para desistir (e-STJ fl. 45), impõe-se o acolhimento do aludido requerimento.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 669.367/RJ (DJe 30/10/2014), realizado sob a sistemática da repercussão geral, firmou entendimento de que a desistência em mandado de segurança é prerrogativa de quem o impetra, podendo ocorrer a qualquer tempo antes do trânsito em julgado, sem a anuência da parte contrária e independentemente de já ter havido decisão de mérito, desfavorável ou favorável ao impetrante (Tema 530).

Ante o exposto, HOMOLOGO o pedido de e-STJ fl. 720 e EXTINGO o processo sem resolução de mérito nos termos do art. 485, VIII, do CPC/2015. Sem honorários (art. 25 da Lei 12.016/2009).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator